

As perspectivas do SUS

** José Gomes Temporão*

A recente aprovação da EC 29 pelo senado permite uma análise das perspectivas do SUS a partir de suas bases de financiamento.

Em primeiro lugar é necessário reconhecer a grande vitória que foi a definição conceitual de gastos em saúde. Isso permitirá um monitoramento mais adequado do cumprimento da legislação por estados e municípios, além da captação de recursos adicionais estimados em cerca de três bilhões de reais /ano, embora seja consenso que esse volume de recursos será claramente insuficiente para atender as necessidades do financiamento setorial. Estas, baseiam-se em inúmeros estudos que as justificam além das inevitáveis comparações com o padrão de gastos de países com o mesmo grau de desenvolvimento (como Argentina e Chile) ou com nossas referências históricas como Canadá e Inglaterra.

De outro lado, ficou o sentimento de frustração trazido pela manutenção das atuais regras de participação da União no financiamento do SUS. A rejeição pelo Senado da proposta

de 10% das receitas como critério de participação da União, ao lado da retirada do dispositivo que permitiria a criação de uma nova fonte específica de recursos; trouxeram a certeza de que ainda teremos muita luta pela frente para dar ao SUS a base econômico-financeira que lhe permita cumprir o mandato constitucional.

Sem a perspectiva de contar com recursos adicionais substantivos no curto prazo, mantém-se o horizonte de subfinanciamento crônico e portanto, a impossibilidade de fortalecimento e consolidação do SUS.

Mantendo-se as atuais regras do jogo de estímulo ao mercado de planos e seguros através de subsídios variados e expressiva renúncia fiscal, consolida-se uma dinâmica de criação de um vetor pró fortalecimento do mercado privado. Outra não é, por exemplo, a lógica que rege o PL de autoria da senadora Lucia Vania (PSDB-GO) aprovado do dia 6 de dezembro na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que permite a venda dos chamados planos com cobertura reduzida “para diminuir o custo do produto, conforme a autora, tornando-o acessível a um maior número de pessoas”. Estratégia de olho na nova classe média seduzida pela ideologia consumista de ter um plano de saúde como sinônimo de segurança e ascensão social.

Do ponto de vista mais geral persiste nas áreas “duras” do Estado como Fazenda e Planejamento, uma visão estereotipada e equivocada que vê a hipótese de ampliação dos dispêndios no setor público como ameaça ao controle das contas públicas, não conseguindo perceber a saúde e sua dinâmica própria de desenvolvimento, inovação, criação de emprego qualificado e de riqueza, ou seja, como um dos pólos mais dinâmicos da economia. O SUS deve ser percebido como uma política capaz de ajudar a superar a crise e não como setor que implica em “gastos” adicionais.

Essa visão anacrônica é reforçada pelo discurso fartamente veiculado pela grande mídia, de que o problema do SUS não é de financiamento e sim de gestão buscando consolidar na opinião pública uma posição de rejeição a propostas que busquem a ampliação do financiamento público para o SUS.

Por fim, esse conjunto de dificuldades enfrentadas na busca de uma base sólida de financiamento setorial, expressa a meu ver sinal inequívoco de perda de hegemonia do que já se denominou no passado de “Movimento da Reforma Sanitária” o que coloca para nós todos, comprometidos com esse processo histórico, a necessidade de repensar nossas estratégias na busca de

consolidar “ a saúde como direito de todos e dever do Estado”.

José Gomes Temporão é médico-sanitarista e ex-ministro da saúde no governo Lula.